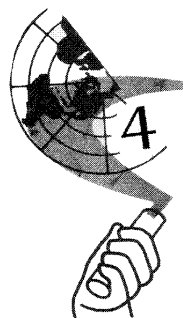


Balanço do 2º Congresso Nacional da CSP-Conlutas



**Pelo programa da revolução proletária,
pela independência política do proletariado
e de suas organizações de classe**

**Partido
Operário
Revolucionário**



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

Índice

Apresentação	3
Balanço do Congresso da CSP-Conlutas	5
Declaração do Partido Operário Revolucionário Aos delegados do 2º Congresso da CSP-Conlutas	20
Contribuição da Corrente Proletária ao 2º Congresso da CSP-Conlutas	26
Moção de apoio à greve de fome da militante porista Márcia Torrico	35

Apresentação

Este folheto contém o balanço do Congresso da CSP-Conlutas, realizado de 4 a 7 de junho, em Sumaré, São Paulo. Traz em anexo as resoluções apresentadas à Coordenação Nacional, que foram rejeitadas com o argumento de que não cumpriam os critérios para publicação. Eis a resposta: “sua solicitação de publicação do texto enviado não foi acatada tendo em vista o não cumprimento do prazo regimental para entrega do mesmo bem como o não cumprimento da exigência de que o texto tenha a assinatura de alguma entidade filiada ou de pelo menos 20 ativistas que reivindicam a Central”. Pelo fato de não constarem do Caderno de Resoluções, a Corrente Proletária/POR defendeu, na abertura do Congresso, o direito de apresentá-las nos grupos de acordo com o regimento e serem votadas nas plenárias. Mesmo com o consentimento dos delegados, as resoluções aprovadas por minoria nos grupos sofreram o veto na comissão de sistematização, com exceção de uma, conforme o relato abaixo. Constam, também, deste folheto o Manifesto e uma moção.

O objetivo deste folheto é o de contribuir para o avanço das posições revolucionárias, fortalecendo a vanguarda que vem despontando nas lutas em defesa dos empregos, dos salários e das conquistas da classe operária.

Junho de 2015

Balanço do Congresso da CSP-Conlutas

Segundo os informes dos organizadores, o Congresso contou com 30% a mais de delegados que o anterior, realizado em 2012. Havia representação de 24 estados, exce- tuando Rondônia e Mato Grosso, totalizando 1702 delega- dos, representando 373 entidades sindicais e movimentos populares e estudantis. Contou com 109 convidados e 572 observadores. Entre estes, membros da recém-constituí- da Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas, composta pela central sindical francesa Solidaires, a CGT espanhola e a CSP-Conlutas. E militantes da Argentina, Chile, Colômbia, Itália, Egito, Tunísia e Palestina.

O PSTU era a força hegemônica, seguida pelo PSOL (Movimento de Esquerda Socialista-MES e Ação Popular Socialista-APS), que se somava a outros agrupamentos menores constituindo o Bloco de Resistência-Sindical e Popular (Liberdade, Socialismo e Revolução-LSR, Grupo de Ação Socialista-GAS e Reage Socialista-RS). O Movimento Revolucionário Socialista-MRS, o Centro de Estudos e De- bates Socialistas-CPERS, o Movimento Revolucionário dos Trabalhadores-MRT (ex-LER-QI) e outros constituíam a terceira força ultraminoritária, que assinaram resoluções separadamente.

Consensos

Apesar dos vários grupos políticos e movimentos popu-

lares, o Congresso se unificou em torno do Manifesto, que expressava a posição de consenso. Sob o título: *“Construir a Greve Geral em defesa dos direitos dos trabalhadores! Não podemos aceitar pagar a conta do ajuste!”*. Assim resumido: *“O governo Dilma – PT e seus aliados do PMDB, PP e outros partidos patronais – e também a oposição burguesa capitaneada pelo PSDB possuem um acordo fundamental: fazer a classe trabalhadora pagar o preço da crise para proteger e aumentar os lucros dos bancos, das multinacionais, do agronegócio e das grandes empresas (...) O momento exige a construção da resistência a esses ataques, a unidade da classe na luta e a defesa de um programa dos interesses dos trabalhadores, em resposta à política econômica que privilegia os interesses dos ricos desse país, dos banqueiros e das empresas multinacionais. (...) A ruptura com esse modelo econômico e a adoção de medidas que ataquem os privilégios dos banqueiros e dos grandes empresários são essenciais para reverter essa situação, a começar pela ruptura dos acordos que garantem o pagamento da dívida pública e a remessa dos lucros das empresas e bancos para o exterior. (...) A unificação dessas lutas e demais processos de mobilização no rumo da construção da greve geral estão colocadas na realidade como uma necessidade e como possibilidade concreta”*. Conclui com um chamado: *“O congresso da CSP-Conlutas se dirige a essas organizações e faz um chamado à unidade e à construção da Greve Geral, organizando nas categorias e nos movimentos plenárias e encontros amplos...”*.

Havia, também, uma análise semelhante da situação política e da justeza da construção da CSP-Conlutas, materializada na seguinte formulação: *“ Há uma ruptura política de amplos setores das massas com o governo e o PT, além de greves e mobilizações populares. Vivemos esse momento histórico, em que há uma ruptura, em particular da classe trabalhadora, com sua direção histórica. O governo Dilma não é mais reconhecido pela classe como um governo dos trabalhadores e o PT já é identificado como um partido de interesses particulares, um partido parecido com os de-*

mais partidos. (...) O desenlace desse processo se dará nas lutas e na disputa da direção da classe, que muitas vezes tem ultrapassado as direções burocráticas. E também na apresentação de um programa que expresse uma saída dos trabalhadores. (...) A CSP-Conlutas esforçará para construir uma verdadeira oposição de esquerda ao governo Dilma". O PSOL e seus aliados compareciam com maior ênfase na unidade eleitoral, que aparecia na bandeira de *"Unir a oposição de esquerda nas ruas e nas disputas eleitorais"*. O fundamental estava em que havia um acordo em torno de uma alternativa eleitoral ao governo do PT, que o PSTU concretizou na fórmula: *"construir uma verdadeira oposição de esquerda ao governo Dilma"*.

Com nuances, a maioria se agrupava em torno das bandeiras: *"Basta de Dilma..."* (PSTU); *"Fora Dilma. Fora Todos. Que os trabalhadores governem"* (defendida por várias correntes de oposição, como a bancária do RN e da saúde (PA). Havia uma comunhão em torno da bandeira de um *"governo dos trabalhadores"*.

Acima de tudo estava o consenso da defesa da Greve Geral. O PSTU se posicionou da seguinte forma: *"Uma das tarefas da Central é romper "com a falsa polarização política entre o PSDB e PT"*. Como ação prática, *"construção de uma greve geral. Para isso, é necessária a unidade inclusive com as centrais governistas e direitistas"*. Agrupamentos menores chegaram a propor medidas para que se concretizasse a greve geral no mês de setembro com o argumento de que se tratava do período de campanhas salariais dos metalúrgicos, bancários, etc. Outros chegaram a esboçar críticas à unidade com centrais como a CUT e a Força Sindical. E o consenso sobre a bandeira de retirada imediata das tropas da Minustah do Haiti, que foi apresentada pela União Social dos Imigrantes Haitianos – USIH.

Diferenças

As divergências eram pontuais. O PSOL, com sua caracterização de que *"vivemos uma crise de modelo político"*, exaltou o papel do Syriza/Grécia e do PODEMOS/

Espanha como alternativa aos trabalhadores e destacou o papel da CSP-Conlutas na construção de um *“terceiro campo para expressar, também no terreno político, a defesa de outro programa e saída para a crise”*. A corrente majoritária, PSTU, denunciou o papel do Syriza e afirmou que a estratégia da Conlutas não se apoia nas posições do Syriza e do PODEMOS e que a alternativa para 2018 está na construção de um programa.

O PSOL e outros agrupamentos criticaram o rompimento do MTST com a Conlutas e a falta de esforço da direção de trazê-los para a central. Destacaram que as lutas mais importantes, na época da Copa do Mundo, apesar de fragmentadas, foram organizadas pelo MTST. E que o PSTU privilegiou o Espaço de Unidade de Ação, perdendo a possibilidade de *“construir um processo unitário de lutas como forças como MPL e MTST, setores que encabeçavam processos de lutas diretas, em especial no 1º semestre de 2014”*. E conclui responsabilizando a *“postura hegemônica e, muitas vezes, autoproclamatória da direção que tem contribuído para que correntes políticas e entidades não vejam a nossa central como um espaço democrático e plural”*. Inclusive o MRT (LER-QI) retirou de sua resolução a caracterização de que o MTST e MST como movimentos governistas e reformistas para que fosse aprovada pela maioria, incluindo o PSOL.

A maioria do plenário concordou com a fusão das resoluções que tratavam da questão da mulher. Apesar de fazer referência de que o combate à exploração do trabalho não se faz separado do combate às opressões. Afirmando que o capitalismo continua utilizando as *“ideologias machistas, racistas e homofóbicas para dividir a classe trabalhadora”*. Consideraram que as mulheres são vítimas da ideologia machista. Destacaram a necessidade de combater o machismo e a exploração capitalista na base das categorias de trabalhadores. Entre as reivindicações, destacaram a defesa do 1% do PIB para o combate à violência contra a mulher e o aborto livre, seguro e gratuito. Houve acordo também em relação à política de cotas raciais nas univer-

sidades públicas e à criminalização da homofobia.

Havia uma unidade dos setores “oposicionistas” no Congresso em torno da falta de democracia interna. As posições do Bloco de Resistência e das correntes do PSOL se apoiavam em duas caracterizações: 1) “*A Central não surgiu fruto de um grande ascenso, mas sim de uma pequena ruptura da CUT, por isso seu crescimento tem sido bastante lento e difícil*”; 2) “*A estrutura, aparentemente, é bastante democrática, pois a Coordenação Nacional é a direção (...) Não eleger a direção em Congresso não tem significado que a base tenha mais controle, também não tem garantido que a nossa Central consiga ser um exemplo do exercício da democracia operária*”. Mais ainda: a crítica dessas correntes sobre a falta de democracia na SEN está no na “*composição majoritariamente masculina*”.

Havia, também, críticas sobre a política da ala hegemônica quanto às eleições sindicais, encabeçadas pelos agrupamentos acima citados. Diziam que não existe “*interesse em tentar construir a unidade interna para disputar eleições nos sindicatos, chega ao ponto de fechar acordos com setores fora da Central, antes mesmo de discutir com aqueles que constroem a Central no dia a dia*”. Alguns exemplos foram citados, como as eleições metalúrgicas de Itajubá e do CPERS.

Por último, vários agrupamentos questionaram a conduta do PSTU em não se posicionar decisivamente contra o imposto sindical e que os sindicatos e federações da Conlutas deveriam devolver aos trabalhadores. Diante das críticas, estabeleceu-se que essa questão deverá ser resolvida no próximo congresso.

Posições da Corrente Proletária/POR

A comissão de sistematização eliminou a resolução sobre conjuntura internacional e nacional, apesar de ter obtido no grupo os 10% necessários para a apresentação na plenária deliberativa. Coube à Corrente Proletária questionar a conduta da comissão e reivindicar sua apresentação. Sua defesa se concentrou na explicação de duas bandeiras

fundamentais: a **frente única anti-imperialista e a oposição revolucionária ao governo Dilma**. Fato que ocorreu após a votação de todas as resoluções referentes a esse ponto. Porém, não foi submetida ao plenário.

O mesmo se passou com o Plano de Lutas. Nesse caso, houve a apresentação apenas do ponto referente à defesa dos empregos: *a) por uma campanha em defesa dos empregos e dos salários: fim das demissões, nada de PDVs, nada de lay-offs – pela estabilidade no emprego. Redução da jornada sem reduzir os salários. Emprego a todos – escala móvel das horas de trabalho. Defesa dos salários contra a alta inflacionária e do custo de vida: a) Reposição das perdas, aplicando-se a escala móvel de reajuste salarial; b) salário mínimo vital, que em nossos cálculos é de R\$ 4.600,00, com escala móvel de reajuste*. O PSTU se opôs. Iniciou sua crítica dizendo que essas reivindicações estavam contidas no Programa de Transição, que nenhum trotskista poderia negá-las. Mas que colocadas como plano de luta da Central seria uma posição dogmática. A resolução teve votação minoritária.

A resolução: *superar o divisionismo e a fragmentação do movimento operário. Por uma única central operária, clas-sista, democrática e independente* foi apresentada à plenária. A defesa de colocar como tarefa para CSP-Conlutas a luta por construir uma única central foi duramente combatida. Utilizaram o falso argumento de que o POR estaria propondo a volta da CSP-Conlutas à CUT. O oponente protestou: *“um patrimônio da esquerda para voltar ao aparato burocrático da CUT”*. A resolução foi minoritária.

A Corrente Proletária utilizou, também, de duas declarações de voto (abstenção): 1) para defender os trabalhadores terceirizados por meio da efetivação de todos os trabalhadores, sem concurso. Nesse ponto, foi feita uma consideração de que era preciso amadurecer a proposta de efetivação; 2) para se posicionar pelo único sistema de educação, estatal e público, pela expropriação da rede privada de ensino e a estatização de todo sistema sob o controle da classe operária.

O objetivo foi propagandear a bandeira de oposição revolucionária ao governo Dilma/PT, que se opunha a oposição de esquerda (alternativa para as eleições), defendida pela quase totalidade do Congresso. Defender a organização do movimento operário e popular sobre a base de reivindicações que expressam as reais necessidades dos explorados, por meio dos métodos próprios da luta de classes. Vincular as reivindicações econômicas e políticas da classe operária com a estratégia da luta revolucionária pelo poder, pelo governo operário e camponês. Defender a unidade dos explorados em torno das reivindicações comuns, aplicando a tática da frente única sindical. E colocar como tarefa da Central a defesa da unidade política e organizativa da classe operária, expressa na bandeira de uma única central, classista e operária.

O que foi o congresso

A mesa de abertura sobre a conjuntura internacional e nacional contou com a participação de Luciana Genro (PSOL), Mauro Iasi (PCB) e Zé Maria (PSTU). Mauro Iasi (PCB) iniciou analisando de que não se trata de uma crise econômica conjuntural, mas de fechamento de um ciclo. Mostrou os limites do PT e os 12 anos de governo. Governo esse entregue à ala conservadora. Criticou o PSOL pela votação da reforma política, referente à cláusula de barreira, que atingirá os partidos do campo da esquerda, PSTU, PCO e PCB. Concluiu com a sua tese de Poder Popular, indicando que a frente de esquerda se constrói na luta. Luciana Genro narrou os efeitos da crise econômica e exaltou a vitória do Syriza na Grécia, caracterizando-o como um partido de esquerda. Ressaltou que a situação mundial indica que há uma crise de modelo e que é necessária a busca de alternativas nos moldes do Syriza e do PODEMOS. Zé Maria (PSTU) enfatizou a necessidade de dar respostas mais de fundo aos grandes problemas, a exemplo do Programa Safra e do ajuste do governo Dilma. Também criticou a posição do PSOL na reforma política e na caracterização do Syriza. Reforçou a análise de que há

uma ruptura da classe operária com o governo do PT e por isso está sendo possível a construção da alternativa (Conlutas). Encerrou dizendo que a saída eleitoral para 2018 depende da construção de um programa.

Painéis

Sobre o campo

Este painel contou com a participação de representantes da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp), do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri/Acre e associações de agricultores familiares. Foram feitos relatos da situação penosa do campo, do avanço do agronegócio e da miséria, que abate os trabalhadores rurais. Criticaram o Programa Safra como protetor do agronegócio e a Lei da Terceirização, que atinge violentamente o trabalhador assalariado do campo. Defenderam uma “reforma agrária com qualidade”, contraposta à do governo do PT. O painel concluiu com os depoimentos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri sobre a luta de Chico Mendes. Criticou a política do PT ao chegar ao poder do Estado de abandono do trabalho junto aos extrativistas e assentados.

Por fim, defenderam a importância da criação de uma Secretaria Nacional de Agricultura familiar na estrutura da CSP-Conlutas. E a luta pela formação de associações de agricultores familiares, setor que vem se desprendendo do PT e encontra dificuldades na liberação da carta sindical.

Sobre o movimento sindical/operário

O painel do movimento sindical contou com a representação de trabalhadores demitidos dos metroviários de São Paulo, do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, trabalhadores da greve dos garis/RJ, rodoviários do Rio Grande do Sul e representantes dos professores da educação básica em greve no Paraná. Relataram as lutas travadas contra as burocracias sindicais. Citaram o exemplo dos garis do RJ, que passaram por cima da burocracia da UGT, dos ataques da imprensa burguesa e do governo

estadual. O trabalhador demitido do COMPERJ narrou a luta dos operários terceirizados do Complexo, afirmando a necessidade de não ter nenhuma ilusão no Judiciário. Foi lida uma carta de um trabalhador da Ford, que sofre a violência patronal. O representante dos demitidos dos metroviários iniciou elogiando o papel da direção do sindicato, relatou a repressão policial à greve e as demissões. Alertou sobre a importância da luta pela readmissão dos demitidos pelo governo do PSDB. E por fim o professor do Paraná narrou a experiência da greve heroica que enfrentou a repressão policial do governo Beto Richa/PSDB.

A conclusão deste painel foi a necessidade da unificação das lutas, a garantia da democracia operária/sindical e a importância da realização do trabalho de base.

Sobre as opressões, violência e criminalização

O painel contou com a participação de representantes dos movimentos de mulheres, do Quilombo Raça e Classe, do movimento de LGBT e da juventude Hip Hop urbano. Havia unanimidade entre os representantes de que a luta deve ser feita por homens e mulheres nas ruas. Que não existe capitalismo sem opressão. Que a mulher sofre com o machismo, seja nas empresas, seja na família. Que os negros são vítimas da violência policial. Que a redução da maioria penal atingirá os jovens negros e pobres das periferias. Que o espaço sindical ainda é hostil aos LGBTs. Que as mortes dos homossexuais têm requintes de crueldades. Que é preciso destruir as bases do racismo, por isso a luta não pode ser separada de seu conteúdo de classe. Concluiu o painel com algumas bandeiras: 1) a defesa do 1% do PIB para o combate à violência; 2) a organização de uma marcha da periferia contra a redução da maioria penal. E com um chamado para que as questões de opressão sejam colocadas como tarefas da Central e não um problema limitado aos setoriais.

Reuniões setoriais

Durante o Congresso, ocorreram as reuniões setoriais.

Os resultados dessas reuniões foram brevemente repassados na plenária deliberativa. A Corrente Proletária interveio na da educação.

Estiveram presentes dezenas de professores de educação básica e do ensino superior, envolvidos nas greves em seus estados. Pelas intervenções, os problemas eram semelhantes: a longa duração das greves, o isolamento, o corporativismo sindical, a repressão policial no Paraná e a inflexibilidade dos governos. Houve informes sobre o controle da burocracia cutista, a exemplo de Santa Catarina onde a burocracia convocou uma assembleia no interior do estado para suspender a greve.

Ficou claro que se tratava de uma reunião informativa. Havia a proposta da CSP-Conlutas de convocar um encontro nacional de educação para a preparação das próximas lutas. E uma concordância de que a Conlutas deveria convocar plenárias nos momentos de greve e trabalhar pela unificação. Fato que não ocorreu nesse primeiro semestre, tomado por inúmeras greves. Ao contrário, a Conlutas em alguns estados, a exemplo de São Paulo, sequer defendeu a unidade da rede estadual com a municipal. O PSTU procurou responder aos questionamentos dos professores responsabilizando outros setores de oposição, como o PSOL, pela ausência de plenárias organizativas da vanguarda. O MRT insistiu “que todo deputado ganhe salário de um professor”.

Foi, também, discutida a greve nacional da educação superior, mas foi remetida à avaliação de sua viabilidade pelo Andes, do Sinasefe e da Fasubra. Houve concordância sobre o combate ao Plano Nacional de Educação por meio de uma campanha junto às escolas e a organização do II Encontro Nacional de Educação (ENE), em 2016, que deve ser precedido por encontros estaduais.

Por fim, a reunião encaminhou para o próximo congresso a decisão sobre a participação ou não do CONAE e a fundação ou não de outra Federação da Educação.

Plenárias

Nas plenárias, as resoluções apresentadas pelos sindi-

catos dirigidos pelo PSTU foram aprovadas. A votação sobre as avaliações de conjuntura gerou certo mal-estar nesse sentido, pois a diferença entre elas era de nuances. As que eram defendidas pelos agrupamentos minoritários só foram incorporadas quando o PSTU as aceitava, a exemplo das resoluções sobre o campo, a saúde, a previdência, a educação e outras com temas específicos. O PSTU, ora por meio da comissão de sistematização, ora pelas tentativas de acordos de mudança de redação, se esforçou para conseguir consensos para evitar atritos com os setores minoritários. A resolução sobre o balanço de atividades da CSP-Conlutas, resolução 68, que destacava os êxitos da Central, foi questionada pelo Bloco de Resistência Socialista e por grupos menores, como CEDS, Conspiração Socialista e Coletivo de Independentes de Luta. Mesmo assim, coube na intervenção feita pelo bloco contrária ao balanço do PSTU assumir que não discordava de 80% da avaliação do setor majoritário. As posições da Corrente Proletária foram combatidas pelo PSTU e correntes afins.

O Congresso encerrou sem a presença de boa parte dos delegados, que retornou aos seus estados. Dessa forma, a aprovação das moções foi prejudicada. O encaminhamento de consenso foi que a Coordenação avaliaria os conteúdos e as aprovaria. O POR apresentou uma moção sobre a perseguição política aos trotskistas na Bolívia, materializada no sequestro da filha de Márcia/Ariel.

Lições do Congresso

O 2º Congresso Nacional da CSP-Conlutas teve uma particularidade distintiva, comparado com o anterior. Foi mais politizado e a composição de sua delegação contou com lideranças grevistas, com trabalhadores assalariados rurais e pequenos agricultores que sofrem a opressão latifundiária e do governo. Certamente, não superou a presença majoritária do funcionalismo público, que expressa camadas da pequena burguesia. A presença de sindicatos operários ainda é pequena. Pode-se dizer que se caracterizou pela independência política e organizativa diante do

Estado e das forças burguesas. Em suas principais resoluções, se contrapôs à política econômica do governo PT/PMDB e dos governos estaduais, controlados pelo PSDB e aliados.

Essas condições necessárias para um congresso classista, no entanto, refletiram contradições típicas do domínio da política centrista. Como era previsto, o controle da CSP-Conlutas pelo PSTU imprimiria no congresso a orientação político-eleitoral, embora não a demonstrasse abertamente. Isso coube ao MES e APS, frações do PSOL. Diante da crise política e da ofensiva do governo e da burguesia contra os direitos trabalhistas e previdenciários se desfraldou a bandeira de “construir uma verdadeira oposição de esquerda ao governo Dilma”. Embora se discutisse a greve geral, não se estabeleceu um trabalho voltado a organizar os explorados contra o governo e a burguesia no terreno próprio da luta de classes. Sabendo que a greve geral depende da decisão da CUT, foi aprovada como propaganda. Não se determinou uma linha de intervenção nas bases da CUT, Força Sindical, etc. com as reivindicações da classe operária e por uma ampla campanha em torno da organização da greve geral.

O questionamento da falta de democracia interna à Central, feito pelas correntes minoritárias, nada contribuiu para a defesa da democracia sindical, proletária. Na realidade, as críticas não passaram de lamúrias quanto à “hegemonia” do PSTU. Hegemonia essa que se deve ao fato da corrente morenista controlar a maioria dos sindicatos e oposições. O problema não está na hegemonia, mas na política centrista do PSTU. Seus críticos, porém, fazem parte do espectro centrista ou do reformismo. A proposição de que se democratizaria a Central caso ampliasse presença em sua direção das demais correntes é um reflexo da luta aparelhista. Não se trata de criar mecanismos administrativos para diminuir a esmagadora ascendência do PSTU. Não por acaso, as inúmeras correntes pisam o mesmo solo da política que levou à cisão da CUT e que introduziu o divisionismo pela esquerda das organizações sindicais. Está

aí por que foram unânimes em votar contra a resolução estratégica apresentada pelo POR de se lutar por uma única central operária, classista, democrática e independente. Colocam-se na mesma trincheira da oposição de esquerda ao governo Dilma e da consigna genérica de governo dos trabalhadores, que serve como fórmula à disputa eleitoral. Rechaçam a consigna de oposição revolucionária ao governo Dilma e a estratégia da revolução proletária e do governo operário e camponês. Mas há aspectos da democracia sindical que são claramente violados. Ao não se constituir a direção da Central por meio do voto dos delegados no congresso, de forma que as distintas posições possam compô-la de acordo com o critério de maioria e minoria e da proporcionalidade, sujeita a revogabilidade de seu mandato, a CSP-Conlutas se sujeita a uma hegemonia burocrática do PSTU.

O critério de apresentar resoluções de acordo com o controle de aparato sindical e de oposição também viola um fundamento da democracia sindical. Todo e qualquer delegado eleito nas bases para participar do congresso tem o direito de defender posições e apresentar resoluções, independente de estar vinculado a esta ou aquela organização. Sabemos perfeitamente que boa parte das resoluções é elaborada por partidos, que o fazem por meio dos sindicatos e oposições. Formalmente, os partidos e correntes não aparecem. Esse disfarce não serve à democracia proletária, cuja função é a de garantir a elaboração coletiva, as divergências e as decisões de maioria e minoria. Os delegados do POR foram impedidos de apresentar no plenário para votação suas resoluções. Das quatro resoluções que obtiveram o quórum de 10% nos grupos, somente uma passou no filtro da comissão de sistematização (a questão da “única central”). Outra sobre as reivindicações, somente foi apresentada mediante pressão. Outras duas foram vetadas. A democracia sindical é um regime que serve à política revolucionária do proletariado. Não por acaso, onde não há uma hegemonia política do proletariado, não há vigência plena da democracia sindical.

A rejeição às reivindicações de defesa do emprego e salário, apresentadas pelo POR (escala móvel de reajuste e horas de trabalho, etc.), sob a alegação de que seria dogmatismo, mostra a incompreensão do PSTU sobre as reivindicações transitórias. São as que de fato defendem o trabalho e o salário e que de fato combatem a exploração e a miséria das massas. São reivindicações que estão de pleno acordo com a crise econômica e desintegração do capitalismo. Como enfrentar as demissões em massa e o desemprego crescente sem as reivindicações transitórias? Todo sindicato para cumprir sua tarefa classista está obrigado não só a defender aqueles que estão empregados e os desempregados. A política burocrática, que é de adaptação às condições do capitalismo em decomposição, é a que faz tal separação. De que adianta criticar a barbárie capitalista no Congresso se não se aprovam as reivindicações e o método de luta que as combate? O Congresso ocorre exatamente no momento de avanço dos ataques da burguesia contra as massas. Somente as reivindicações gerais de defesa dos explorados, como são as reivindicações transitórias, podem unificar o proletariado e a maioria oprimida contra os exploradores e seu Estado. Seria dogmático o fato do Congresso aprovar as reivindicações de transição porque estas levam a classe operária a se chocar com os pilares do capitalismo e a lutar pelo tomada do poder? Os trotskistas consideram que não é dogmatismo, mas uma necessidade urgente de responder à crise estrutural do capitalismo. Não é dogmático para os centristas se colocarem por uma alternativa de esquerda ao governo Dilma e por um governo dos trabalhadores, como caminho de disputa eleitoral. Mas é dogmático estabelecer a estratégia revolucionária do governo operário e camponês pela via da insurreição.

É necessário, ainda, responder a uma acusação do PSTU contra o POR, que é a de que não temos o direito de estar representados porque não construímos a Conlutas. Uma central, qualquer que seja, se estiver edificada sobre a democracia operária, os delegados eleitos para seu con-

gresso independem do partido que pertencem e qual o grau de envolvimento que têm com a respectiva central. Aberto o período congressual, os trabalhadores de determinada base sindical são convocados a eleger os delegados. A única condição é que aquele que se propõe a ser eleito pertença a um determinado sindicato. Ocorre que o divisionismo cria organismos como aparatos. O surgimento da CSP-Conlutas não foge a essa regra. Justamente porque o POR se opõe ao divisionismo e defende a constituição histórica de uma única central é que se vê na obrigação de lutar em todos os campos, seja da CUT e de outras centrais, com política do proletariado. O que é fundamental na avaliação política de nosso vínculo com a CSP-Conlutas é que nunca deixamos de participar em suas atividades e, uma vez que a Central se constituiu, o POR não trabalhou pelo seu fracasso, e sim procurou atuar conjuntamente em todas as atividades.

A principal lição desse congresso é a de que somente com a política proletária a CSP-Conlutas enfrentará a burocracia estatizante, superará o divisionismo e marchará no sentido da centralização nacional do proletariado e da maioria oprimida em uma única central, regida pela democracia e pela independência de classe.

Declaração do Partido Operário Revolucionário Aos delegados do 2º Congresso da CSP-Conlutas

Saudações

Sabemos que a situação do País está marcada por uma particularidade: **a transformação da crise econômica em crise política**. O problema, portanto, está em saber se os delegados do Congresso aprovarão respostas que estejam à altura. Em grande medida, o resultado depende da direção e das principais forças que dirigem a CSP-Conlutas, em especial o PSTU.

Entendemos ser necessário que o Congresso se concentre nos principais pontos da crise, não se disperse em discussões colaterais, por mais importantes que sejam, e que seja regido pela democracia operária. A situação exige uma resolução clara sobre o desenvolvimento da crise político-econômica, a aprovação de bandeiras e tarefas consequentes e uma linha de campanha nacional que dê coesão e unidade à luta dos explorados e da juventude.

Tememos que isso não ocorra devido à concepção e ao formato estabelecido pela direção ao Congresso. A multiplicidade de pontos de pauta, o diversionismo oratório, a

morosidade temporal e o caráter festivo, caso se confirmarem, poderão comprometer o resultado final. Cabe aos delegados lutar por um Congresso concentrado nas questões fundamentais da presente luta de classes, politicamente disciplinado e voltado às campanhas nacionais de luta.

A crise política vem se arrastando desde o fim da ditadura militar. No período que vai de José Sarney a Fernando Henrique Cardoso, não houve um só momento de governabilidade estável. A cassação do mandato de Fernando Collor de Melo atingiu o ponto alto da instabilidade. Somente com Fernando Henrique, a burguesia se centralizou e decidiu por um caminho de “estabilização econômica”. Um programa antipopular e antinacional – o Plano Real – foi imposto ao País e sobretudo aos explorados. O PSDB não mediu o preço que pagaria, o fundamental era servir aos interesses da burguesia. Observa-se que a crise econômica determinou o desenvolvimento da crise política.

O PT se achava preparado para assumir o comando do Estado. Colaborou para a solução conjuntural dos desequilíbrios, comportando-se como esquerda burguesa – lembremos a quebra da greve nacional dos petroleiros, por onde passava a resistência operária. E comodamente se projetou como oposição eleitoral. Lula, no primeiro ano de poder, deu continuidade ao Plano FHC. A CUT e o sindicalismo em geral colaboraram. Avançou a estatização das organizações sindicais. O primeiro mandato de Lula foi de crise política (mensalão), mas a situação econômica se modificara e se equilibrara.

Dilma Rousseff assumiu o poder em plena crise geral do capitalismo. O segundo mandato reflete o fracasso de sua política econômica em enfrentar as tendências recessivas mundiais. Assume as exigências do capital financeiro internacional e nacional. O Plano Levy de ajuste fiscal retoma a diretriz antipopular e antinacional de FHC, ou mais precisamente, do imperialismo. O Congresso deve caracterizar o atual governo de Dilma como favorável ao grande capital. E responder com a bandeira de **Oposição Revolucionária ao Governo Burguês, Antinacional e Antipopu-**

lar, de Dilma Rousseff (PT/PMDB).

Os explorados têm diante de si um duro combate em duas frentes: de um lado, responder às medidas antipopulares e antinacionais do governo; de outro, às medidas dos capitalistas voltadas a proteger seus negócios e lucratividade. As MPs 664/665 e PL 4330 da terceirização representam uma grande ofensiva do Estado contra conquistas trabalhistas e previdenciárias. Outras medidas governamentais com o mesmo objetivo virão. As demissões em massa e a desvalorização dos salários estão na ordem do dia. Como se vê, a classe operária está diante da confluência de medidas que protegem a burguesia e agravam as difíceis condições de existência da maioria oprimida. O Congresso deve responder de conjunto a essa ofensiva.

É necessária uma resolução que concentre as forças operárias e populares em torno da estratégia de combate ao governo burguês e das reivindicações gerais que unam a maioria oprimida em torno do proletariado. Esse é o ponto principal do Congresso. Os delegados têm o dever classista de dedicar seus esforços coletivos para que seja elaborada a resolução nesses termos. A bandeira de **Oposição Revolucionária ao Governo Burguês de Dilma** é um guia para a luta independente da classe operária. É distinta da fórmula “por uma alternativa dos trabalhadores”, que tem por base a via eleitoral. A estratégia revolucionária sempre deve dar sentido às reivindicações e servir de guia às etapas da luta política contra a burguesia e seu poder. Trata-se das diretrizes que levam à luta revolucionária pela tomada do poder do Estado, constituição de um governo operário e camponês (ditadura do proletariado) e expropriação da grande propriedade dos meios de produção. Mesmo no plano sindical, é preciso definir e desenvolver a estratégia do proletariado. Somente assim lutamos de fato pela independência de classe dos explorados e de suas organizações sindicais.

Em especial, o Congresso deve responder à “flexibilização do trabalho”. Os administradores do capital sempre encontram formas de manter a extração da mais-valia e

ampliar a acumulação de capital. E a burocracia sindical sempre acha argumentos para colaborar com os métodos capitalistas de exploração e para rechaçar as reivindicações, respostas e métodos próprios do proletariado. Servem-se de lay off, férias coletivas, redução da jornada com redução dos salários, PDV e terceirização. O Congresso precisa rejeitar de conjunto tais medidas antioperárias. Deve afirmar como parte da plataforma de luta: Fim das demissões, estabilidade no emprego, redução da jornada sem redução salarial, fim do contrato por terceirização, imediata efetivação dos terceirizados na mesma função, fim do exército de desempregados, aplicando a escala móvel das horas de trabalho. É necessário discutir e aprovar a *medida coletiva de controle operário da produção*. É na situação de profunda crise e de ataque geral dos capitalistas aos empregos que a classe operária desperta para seu programa de combate à exploração do trabalho.

A burocracia sindical é responsável pela implantação da “flexibilização do trabalho”, inviabilizando a resistência dos trabalhadores. O “Plano de Proteção ao Emprego” é a novidade do momento. Segundo informações, o governo chegou a um projeto. Em resumo: reduzem-se a jornada e os salários. Parece ser verdadeira a informação que algumas das centrais propõem redução de 30% na jornada e 15% nos salários. Tudo indica que é pior que o lay off. O Congresso deve denunciar e rechaçar o plano anti-operário e afirmar a plataforma de reivindicações acima exposta.

Está colocada a campanha pelo rompimento da CUT com o governo e pela constituição de uma *frente única sindical* pela defesa das reivindicações dos explorados e pela independência do proletariado diante da burguesia e seu Estado. Essa via potencia a denúncia do colaboracionismo sindical e a defesa da plataforma de reivindicações. Não se pode renunciar ou perder de vista a defesa da unidade organizativa da classe operária. A bandeira histórica de uma única central sindical, classista e democrática deve ser parte das tarefas do congresso.

É preciso responder ao recrudescimento da repressão

e criminalização dos movimentos. A selvageria da polícia contra os professores grevistas no Paraná reforça a necessidade dos sindicatos realizarem sistematicamente campanhas pelo direito de greve e de manifestações. Aspecto por aspecto da legislação discricionária e autoritária tem de ser explicado aos trabalhadores e colocado como parte da plataforma de reivindicações. A organização de *comitês de defesa operária, popular e camponesa* é uma das medidas concretas de combate à ditadura de classe da burguesia. Há que se discutir também a constituição de um Tribunal Popular (não a caricatura teatral de júri) para investigar e punir os crimes da burguesia. É fundamental desenvolver a desconfiança dos explorados na justiça burguesa.

O Congresso não pode deixar de aprovar uma resolução sobre a crise mundial, o recrudescimento da opressão imperialista e o avanço das tendências bélicas. Destacamos os seguintes acontecimentos: 1) **As guerras que se desenvolvem no Oriente Médio e parte do Norte da África** (Líbia). A guerra civil na Síria, na Líbia, no Iêmen e insurgência do Estado Islâmico expõem cruamente os brutais conflitos internos e a intervenção do imperialismo. A confusa situação se deve em grande medida ao domínio das potências. O Congresso deve aprovar a defesa das nações oprimidas e dos movimentos que as expressam, ainda que deformados pela barbárie, contra o imperialismo e seus aliados locais. Sob a bandeira da autodeterminação das nações e povos oprimidos, o proletariado luta por derrotar as forças do grande capital internacional; 2) **A guerra civil na Ucrânia passa por um interregno. É necessário rechaçar as negociações entre os Estados Unidos (e aliados) e a Rússia sobre a divisão do país.** Trata-se de defender a integridade territorial da Ucrânia e sua total independência diante do imperialismo, sob um governo operário e camponês; 3) **A quebra da Grécia expôs o parasitismo financeiro da burguesia européia, chefiado pelas potências.** A eleição do governo pequeno burguês de esquerda desviou momentaneamente o processo revolucionário. Os explorados

não devem dar nenhum apoio às suas negociatas com as autoridades da União Européia. O Congresso tem o dever de levantar a bandeira de cancelamento da dívida, de responsabilização da burguesia grega e expropriação da grande propriedade. O que implica a luta por um governo revolucionário; 4) **É preciso responder à repressão aos imigrantes e responsabilizar a burguesia européia e seus governos pelas centenas de mortes, como crime contra a humanidade.** O Congresso precisa aprovar uma resolução nesse sentido e exigir o livre acesso e proteção dos imigrantes que fogem da miséria e das guerras; 5) **A ingerência dos Estados Unidos na América Latina comparece no momento em duas frentes: cerco sobre o governo nacionalista da Venezuela e envolvimento de Cuba.** O Congresso deve rechaçar as pressões contrarrevolucionárias sobre a Venezuela e defender as conquistas da revolução cubana.

Esses cinco pontos da situação mundial são obrigatórios. Não se pode deixar de discutir e aprovar resoluções. Temos a convicção de que guardam relação com o que se passa no Brasil. O internacionalismo proletário deve guiar os passos nacionais da CSP-Conlutas.

Viva o Congresso classista e revolucionário!

Aprovemos resoluções que orientem a luta de classe dos explorados contra os exploradores!

Lutemos com todas nossas forças pela independência política do proletariado e de suas organizações de classe!

Contribuição da Corrente Proletária ao 2º Congresso da CSP-Conlutas

l) Situação internacional

- a) A crise mundial aberta em 2008 não foi superada. As medidas financeiras tomadas pelos Bancos Centrais das potências limitaram as quebras bancárias, industriais e comerciais. Mas adiaram uma quebra maior e em grande escala. Tem ocorrido diminuto reanimamento nos Estados Unidos e em menor proporção em alguns países da Europa. A China não tem como retomar a médio prazo os patamares de crescimento anteriores. Na América Latina, a queda tem sido brutal. O Brasil e Argentina arcam com a recessão. Conclusão: a classe operária, os camponeses, a classe média pobre e a juventude oprimida sofrerão ainda mais as consequências da crise estrutural do capitalismo.
- b) O intervencionismo militar das potências no Oriente Médio e na África tem se ampliado. Barack Obama prometeu um recuo diante da resistência no Iraque e Afeganistão. Negociou a retirada das tropas, mas teve de retomar a ofensiva com os levantes no Oriente Médio, guerras civis na Líbia e Síria e mais recentemente com a projeção do Estado Islâmico (EI). O objetivo central

do momento é esmagar o movimento jihadista armado. A intervenção da coligação dirigida pela Arábia Saudita no Iêmen é parte da conflagração geral, que envolve o conflito sionista-palestino e o acordo de desativação do programa nuclear no Irã. Conclusões: 1) Colocar-se do lado das nações oprimidas contra as nações opressoras e das forças que as expressam; 2) Lutar pela derrota e expulsão do imperialismo; 3) Rechaçar a doutrina norte-americana do antiterrorismo; 4) Levantar o programa de reivindicações transitórias e da revolução proletária para os países semicoloniais, segundo as leis históricas da revolução permanente; 5) Aplicar a tática da frente única antiimperialista. 6) Apoiar-se na bandeira de autodeterminação das nações oprimidas.

- c) A situação convulsiva no Oriente Médio e do norte da África, a miséria e a fome da população oprimida vêm provocando uma onda migratória para a Europa Ocidental. Os naufrágios no Mediterrâneo resultaram em milhares de mortos. A burguesia europeia não tem outra solução a não ser a repressão. Diante dos últimos acontecimentos dramáticos, os governos estabeleceram um plano de ação militar na Líbia. A migração em massa e obstáculos impostos a sua entrada na Europa é mais um fenômeno da desintegração do capitalismo e do avanço da barbárie. O vigoroso impulso do chauvinismo é um sintoma conexo desse quadro mais amplo em que as forças produtivas se chocam com as relações de produção, com a gigantesca acumulação de capital parasitário e com as fronteiras nacionais. Está aí por que a onda migratória conflui com a onda de desemprego que se ergue desde 2008. O capitalismo atingiu um alto excedente de produção de valores, que conclui com um alto excedente de força de trabalho. Se antes os imigrantes serviam para rebaixar os salários, agora se amontoam com os milhões de europeus desempregados. Conclusão: 1) Defender a unidade dos explorados contra a burguesia e seu Estado, com as reivindicações de emprego a todos; 2) Contrapor-se a qualquer forma

- de discriminação; 3) Rechaçar o chauvinismo por meio da frente única operária; 4) Exigir que as fronteiras sejam abertas aos imigrantes; 5) Levantar a bandeira de derrota e expulsão do imperialismo; 6) Combater sob a estratégia dos Estados Unidos Socialistas da Europa.
- d) Na América Latina, o imperialismo atua com duas linhas convergentes: livrar-se do governo nacionalista na Venezuela, desativar a guerrilha das Farcs na Colômbia, fortalecer as oposições direitistas e incorporar Cuba ao capitalismo. Findou o período de “desenvolvimento sustentável”, de “inclusão social” e “participação democrática”. Em toda a parte, os governos se voltam contra as massas. O que já se passa inclusive na Venezuela. Os nacionalistas e populistas que veem sua política pró-capitalista e de convivência pacífica com o imperialismo naufragar agarram-se à bandeira de não deixar a direita voltar ao poder. Ao mesmo tempo, atacam a vida dos explorados. Trata-se de manifestações políticas da luta de classes no interior da burguesia. Conclusões: 1) Defender a independência da classe operária e dos demais explorados perante os governos burgueses e seus partidos; 2) Separar os explorados das direções sindicais conciliadoras e serviços; 3) Levantar as bandeiras antiimperialistas de expropriação do grande capital; 4) Responder à ingerência dos Estados Unidos e seus comparsas com o programa da autodeterminação das nações oprimidas; 5) Lutar sob a bandeira dos Estados Unidos Socialistas da América Latina.

II) Situação no Brasil

- a) O que caracteriza em geral a situação do Brasil é que a crise econômica se converteu em crise política. Nota-se: 1) O esgotamento do ciclo de colaboração de classes, encarnado pelo PT e sua burocracia sindical; 2) A necessidade da burguesia interna e do imperialismo de descarregar a gigantesca crise econômica sobre os ombros dos explorados; 3) A ofensiva da oposição burguesa, liderada pelo PSDB, em deslocar as massas da influência do PT e

de seu caudilho Lula; 4) A incapacidade de Dilma Rousseff e o PT de garantirem a governabilidade; 5) A emersão do PMDB como força política decisiva para manter em pé o governo; 6) A submissão de Dilma Rousseff e do PT às exigências do capital financeiro; 7) As diretrizes do ajuste fiscal voltadas a atacar os direitos trabalhistas e previdenciários; 8) A reorientação da intervenção do Estado na economia para posições francamente pró-imperialistas; 9) Resistência crescente dos explorados, que tende a se chocar com o governo; 10) O deslocamento de uma importante camada da classe média para o campo da oposição peessedebista, sob a bandeira do “Fora Dilma” e “impeachment”. **Conclusões: 1) Defender a independência de classe dos explorados diante das disputas interburguesas pelo poder do Estado; 2) Erguer a bandeira de Oposição Revolucionária ao governo Dilma; 3) Organizar o movimento operário e popular sobre a base de reivindicações e de seus métodos próprios de luta; 4) Vincular as reivindicações econômicas e políticas da classe operária com a estratégia da luta revolucionária pelo poder, pelo governo operário e camponês; 5) Trabalhar pela unidade dos explorados em torno das reivindicações comuns, aplicando a tática da frente única sindical.**

- b) O governo e a Câmara dos Deputados armaram uma ofensiva contra os explorados com a Lei da Terceirização (PL4330) e as MPs 664/665. Governistas e oposicionistas votam como se tivessem posições distintas. Na realidade, todos estão pelo ajuste fiscal e pelo sacrifício dos assalariados. Não há nenhuma divergência de essência. Usam o parlamento para posarem de minoria favorável aos oprimidos. O fato é que se assegurou a votação tanto do PL 4330, quanto das MPs. Neste quadro, a recessão se impõe e as demissões em massa ganham terreno. A ofensiva capitalista contra as massas apenas está começando. Não apenas os assalariados vão arcar com o peso da desintegração econômica como também os camponeses e a pequena burguesia liberal urbana.

Estão dadas as condições objetivas para a classe operária sair da letargia e passar a liderar a luta da maioria explorada. O obstáculo fundamental está nas direções sindicais e políticas que controlam o proletariado, particularmente a CUT e a Força Sindical. **Conclusões: 1) Desenvolver a bandeira – Derrubar com greves e nas ruas o PL 4330 e as MPs 664/665; 2) Lançar uma campanha junto às bases da CUT e da Força. Que rompam com o governo e com a Fiesp. Que se coloquem em frente única por uma greve geral; 3) Incorporar na campanha as reivindicações de emprego e salário: Fim das demissões. Nada de PDVs, nada de lay-offs – pela estabilidade no emprego. Redução da jornada sem reduzir os salários. Emprego a todos – escala móvel das horas de trabalho. Salário mínimo vital, com escala móvel de reajuste; 4) Impulsionar os métodos de ação direta; 5) Unidade operária e camponesa – nacionalização das terras e entrega aos camponeses; 5) Defesa dos tribunais populares para julgar e punir os crimes dos latifundiários contra os camponeses.**

III) Estratégia e tática sindicais

Na situação de crise econômica e política ressalta a necessidade da direção classista e revolucionária. O PT desviou o caminho da construção de um partido do proletariado, desenvolveu uma burocracia colaboracionista e promoveu a estatização dos sindicatos. Outras frações do sindicalismo burocrático e autoritário se potenciaram com a política estatizante. Esse processo histórico – retomada da organização operária depois de vinte anos de ditadura militar – evidenciou a importância decisiva da relação entre partido e sindicato. A tese petista de autonomia sindical e separação artificial entre partido e sindicato deu lugar ao processo de estatização dos sindicatos, sob a direção do PT. A Força Sindical sempre esteve vinculada a esta ou aquela orientação partidária, finalmente passou do PDT para a criação do Partido Solidariedade. A presença da política burguesa no seio

do sindicalismo inviabilizou que a CUT se constituísse em uma única central, classista, democrática e independente da burguesia. Resultou em uma proliferação de centrais, entre elas a CSP-Conlutas. O divisionismo burocrático se impôs em contraposição à necessidade da unidade organizativa e da centralização política da classe operária em nível nacional. Nota-se que a luta contra a estatização dos sindicatos traz em seu interior a luta contra o divisionismo organizativo – um velho problema que o movimento operário enfrenta. Diante da ofensiva da burguesia e do governo, as duas maiores centrais se levantam como travas à unidade de combate dos explorados. A CUT está atada ao governo que promove o ajuste fiscal. A Força Sindical está atada à fração capitalista que trabalha por aumentar a taxa de exploração do trabalho. Estes dois aparatos, por enquanto, decidem até onde a classe operária deve resistir e até onde ceder. O movimento camponês, por sua vez, retrocedeu em sua ofensiva pela reforma agrária. É visível a dependência da direção do mais importante movimento que é o MST da política do PT. Por outras vias e características, também se estatizou. O movimento popular urbano não se diferencia muito desse processo de dependência. **Conclusões: 1) Lutar pela constituição de uma direção classista e revolucionária que encarne a defesa do programa de independência dos sindicatos, de democracia operária e de unidade organizativa; 2) Ter por objetivo a superação do divisionismo e da fragmentação do movimento operário – por uma única central operária, classista, democrática e independente; 3) Travar a luta nas bases dos sindicatos controlados pela burocracia, com o programa classista e com a tática da frente única sindical; 4) Impulsionar a construção de um partido revolucionário com um claro programa de destruição do capitalismo.**

IV. Plano de Lutas

I. Internacional

1. Responder aos ataques dos governos e dos capitalistas por meio da defesa das reivindicações transitórias, combinando com a luta estratégica pela derrubada do

- sistema capitalista por meio da revolução e ditadura proletárias.
2. Diante do intervencionismo militar das potências no Oriente Médio e na África: a) Colocar-se do lado das nações oprimidas contra as nações opressoras e das forças que as expressam; b) Lutar pela derrota e expulsão do imperialismo; c) Rechaçar a doutrina norte-americana do antiterrorismo; d) Levantar o programa de reivindicações transitórias e da revolução proletária para os países semicoloniais, segundo as leis históricas da revolução permanente; e) Aplicar a tática da frente única anti-imperialista; f) Apoiar-se na bandeira de autodeterminação das nações oprimidas.
 3. Diante da onda migratória, dos obstáculos impostos à entrada de imigrantes na Europa e de toda forma de discriminação: a) Defender a unidade dos explorados contra a burguesia e seu Estado, com as reivindicações de emprego a todos; b) Contrapor-se a qualquer forma de discriminação; c) Rechaçar o chauvinismo por meio da frente única operária; d) Exigir que as fronteiras sejam abertas aos imigrantes; e) Levantar a bandeira de derrota e expulsão do imperialismo; f) Combater sob a estratégia dos Estados Unidos Socialistas da Europa.
 4. Diante da ação imperialista na América Latina e do avanço da restauração capitalista em Cuba: a) Defender a independência da classe operária e dos demais explorados perante os governos burgueses e seus partidos; b) Separar os explorados das direções sindicais conciliadoras e serviçais; c) Levantar as bandeiras anti-imperialistas de expropriação do grande capital; d) Responder a ingerência dos Estados Unidos e seus comparsas com o programa da autodeterminação das nações oprimidas; e) Defender as conquistas da revolução cubana e combater a política restauracionista do castrismo; f) Lutar sob a bandeira dos Estados Unidos Socialistas da América Latina.

II. Nacional

1. Diante da crise econômica e política: a) Defender a in-

- dependência de classe dos explorados diante das disputas interburguesas pelo poder do Estado; b) Erguer a bandeira de oposição revolucionária ao governo Dilma Rousseff; c) Organizar o movimento operário e popular sobre a base de reivindicações e de seus métodos próprios de luta (ação direta); d) Vincular as reivindicações econômicas e políticas da classe operária com a estratégia da luta revolucionária pelo poder, pelo governo operário e camponês; e) Trabalhar pela unidade dos explorados em torno das reivindicações comuns, aplicando a tática da frente única sindical;
2. Diante das medidas antioperárias e antipopulares do governo: a) Derrubar com greves e nas ruas o PL 4330 e as MPs 664/665; b) Fim do ajuste fiscal voltado ao sacrifício dos explorados. Que os capitalistas arquem integralmente com a crise do sistema de exploração do trabalho; c) Lançar uma campanha junto às bases da CUT e da Força Sindical: que rompam com o governo e com a Fiesp; que se coloquem em frente única na defesa das reivindicações dos explorados e com o método da ação direta;
 3. Defesa dos empregos: a) por uma campanha em defesa dos empregos e dos salários: fim das demissões, nada de PDVs, nada de lay-offs – pela estabilidade no emprego. Redução da jornada sem reduzir os salários. Emprego a todos – escala móvel das horas de trabalho. Defesa dos salários contra a alta inflacionária e do custo de vida: a) Reposição das perdas, aplicando-se a escala móvel de reajuste salarial; b) salário mínimo vital, que em nossos cálculos é de R\$ 4.600,00, com escala móvel de reajuste.
 4. Defesa das condições de vida dos explorados: a) por uma campanha junto à classe operária em defesa do movimento de ocupação de áreas urbanas e prédios pelos sem-teto; b) que os sindicatos apoiem efetivamente com todos os meios da luta dos sem-teto; c) que os sindicatos denunciem e organizem os trabalhadores contra a ação judicial e policial de despejos constituindo comitês contra a criminalização e repressão aos movimentos; d) que os sindicatos assumam a luta por um

sistema único, estatal, gratuito de saúde, educação e transporte, sob controle operário. Expropriação e estatização dos sistemas privados.

5. Diante da luta dos sem-terra e dos assentados: a) defender junto à classe operária as reivindicações camponesas e auxiliar a sua luta contra os ataques do Estado, do latifundiário e do agronegócio; b) trabalhar pela unidade operária e camponesa – nacionalização das terras e entrega aos camponeses.
6. Diante das opressões e das discriminações: a) estabelecer que somente com a revolução proletária, expropriação dos meios de produção e organização socialista se erradicará todas as formas de opressão da sociedade de classe; b) considerar as reivindicações particulares como parte do programa proletário de combate ao capitalismo; c) responder de conjunto a todas as formas de discriminação e opressão: emprego a todos; trabalho igual, salário igual; acesso integral à educação e à saúde; fim da violência policial; fim da violência familiar; proteção integral à maternidade; direito ao aborto com assistência médica pública e fim da violência e perseguição aos homossexuais.

III. Estratégia e tática sindicais

Diante da estatização dos sindicatos, do avanço da burocratização e da proliferação de Centrais sindicais:

a) Lutar pela constituição de uma direção classista e revolucionária que encarne a defesa do programa de independência dos sindicatos;

b) organizar os sindicatos sobre a base da democracia operária – assembleias soberanas, direito de expressão da oposição, eleições sindicais regidas pelo direito de oposição;

c) superar o divisionismo e a fragmentação do movimento operário – por uma única central operária, classista, democrática e independente;

d) travar a luta nas bases dos sindicatos controlados pela burocracia, com o programa classista e com a tática da frente única sindical.

Moção de apoio à greve de fome da militante porista Márcia Torrico

Exigimos que o governo Evo Morales, a Justiça e a polícia devolvam imediatamente sua filha adotiva.

É um crime político a medida judicial-policial de sequestrar a filha adotiva depois de encerrada a greve de fome de mais de um mês de Ariel, mediante a um acordo que previa uma solução em favor da criança.

Ariel e Márcia são militantes trotskistas reconhecidos no movimento social e que sofrem clara perseguição do governo e das autoridades. Esse ataque pessoal, sem se preocupar com o futuro da criança que estava muito bem amparada por pais idôneos e dedicados, não é um fato isolado.

Recentemente, o dirigente estudantil Jarlin Coca foi preso por participar do movimento que exigia o fim do corporativismo na contratação de professores universitários e realização de concurso público. Foi solto após uma campanha de denúncia sobre a prisão política. Soma-se a isso a suspensão arbitrária de direitos sindicais de dirigentes da Federação de Professores de La Paz.

Que o governo Evo Morales entregue imediatamente a filha adotiva de Márcia e Ariel!

Exigimos o fim da criminalização dos movimentos sociais e da perseguição de seus dirigentes!

(aprovada no 2º Congresso da Conlutas)



Caixa Postal nº 630 - CEP 01059-970 - São Paulo
www.pormassas.org -- [facebook.com|massas.por](https://facebook.com/massas.por) -- anchor.fm|por-massas
